

A Zona Oeste colonial e os mapas de população de 1797: algumas considerações sobre lavradores partidistas e produção agrária de Jacarepaguá, Campo Grande e Guaratiba no século XVIII

The colonial West Zone and population maps of 1797: some remarks on leasehold farmers and farm production in Jacarepaguá, Campo Grande and Guaratiba in the 18th century

Victor Luiz Alvares Oliveira

Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação
em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
victor.alvares@outlook.com

RESUMO: O artigo visa a trabalhar com uma fonte que, a despeito do seu enorme valor, tem tido pouca repercussão na historiografia do Rio de Janeiro colônia: o mapa de população do distrito de Guaratiba de 1797. Por meio dele é possível encontrar dados demográficos e econômicos para uma série de freguesias do entorno da antiga urbe carioca, tornando viável um estudo mais pormenorizado das suas famílias de lavradores partidistas, seus escravos e sua produção. Serão apontadas algumas análises e questões iniciais sobre as freguesias de Jacarepaguá, Campo Grande e Guaratiba e as várias possibilidades de cruzamento de informações do mapa com outros documentos da época.

Palavras-chave: Lavradores; Mapa de População; Freguesias Rurais Coloniais.

ABSTRACT: *The article works with a source that, in spite of its enormous value, has had little repercussion in the historiography of colonial Rio de Janeiro: the 1797 population map of Guaratiba district, which shows demographic and economic data for a series of parishes in the area around the old city of Rio de Janeiro, making for quite detailed study of the leasehold farm families, their slaves and their output. Preliminary analyses and issues will be raised as to the parishes of Jacarepaguá, Campo Grande and Guaratiba and the various possible manners of correlating information from the map with other documents from the same period.*

Keywords: Leasehold farmers; Population Map; Colonial Rural Parishes.

Na década de 1930, quando Magalhães Correia escrevia nos jornais uma série de artigos sobre as tradições e a exuberante natureza que existia em lugares como Jacarepaguá, Guaratiba e Camorim, entre outros, era difícil acreditar que aquelas partes também integravam a capital federal de então, com a sua agitada vida urbana cercada por prédios e cortada por avenidas. Afinal, por meio dos escritos de Magalhães Correia, o Rio de Janeiro saído da *belle époque* descobria uma face menos celebrada da sua identidade: uma terra onde pessoas ainda podiam caçar para se alimentar, onde animais selvagens viviam livremente em meio a matas e lagos, ou que ainda era possível encontrar casas, fazendas e capelas da época colonial (CORREIA, 1936). Mais recentemente, em outubro de 2015, em matéria assinada por Caio Barretto Briso em *O Globo*, o sertão voltou a figurar nas páginas dos jornais com a visita de um grupo de jornalistas ao mundo particular dos agricultores que vivem no que é o “resquício do sertão carioca” nas serras de Campo Grande. A pequena comunidade do local ainda hoje vive plantando e vendendo produtos agrícolas como a banana, atividade de tal importância que um dos moradores – chamado Claudino Avelino da Costa e apelidado de “bichinho” – chega a afirmar para o jornalista que “a gente sem a banana não é nada nessa terra” (BRISO, 2015).

As comunidades agrícolas do sertão carioca despertaram muitas vezes a atenção justamente por apresentarem um modo de vida contrastante com a cidade da qual fazem parte. Nos dois casos já referidos, a curiosidade dos jornalistas e cronistas nos tem brindado com informações sobre as atividades da população do sertão nos séculos XX e XXI. No entanto, quanto mais retrocedemos no tempo, mais turvo fica o nosso conhecimento sobre elas, em grande parte dada a escassez de documentos que possibilitem conhecer melhor as comunidades agrícolas do passado. Nesse sentido, este artigo tem o intuito de apresentar alguns dados iniciais e primeiras impressões sobre os pequenos produtores rurais, especialmente os lavradores partidistas¹, que viviam no Distrito de Guaratiba, região que fazia parte do antigo “sertão carioca” e englobava as freguesias de Jacarepaguá, Campo Grande, Guaratiba, Iguazu, Jacutinga, Marapicu e Itaguaí no final do século XVIII.

O passado colonial de algumas dessas freguesias já foi alvo de estudos que se tornaram importantes obras a respeito dessas localidades, como *Sesmarias de Jacarepaguá*, de Raul Telles Rudge, ou *Rumo ao Campo Grande por Trilhas e Caminhos*, de José Nazareth de Souza Fróes e Odaléa Ranauro Ensenat Gelabert. Percebe-se nesses estudos uma grande preocupação em levantar documentos para a história das respectivas freguesias, o que acabou por fazer com que o foco da análise ficasse muito centralizado nos engenhos, nas fazendas ou nos grandes proprietários da região, visto que a documentação reunida por esses autores na maioria das vezes está mais relacionada com os engenhos ou com as famílias de maior poder local (RUDGE, 1983; FRÓES E GELABERT, 2004). Além de alguns desses trabalhos pioneiros, recentemente a pesquisa universitária tem desvendado vários aspectos da história da região. Os temas são variados, como as questões envolvendo a posse, a ocupação e o

conflito pelas terras (PEDROZA, 2011; MOTA, 2009), sobre a sua população escrava e mestiça, especialmente nas relações que construíram entre si ou com outros estratos sociais (FRAGOSO, 2014; TOSTES, 2012), ou então sobre famílias de elite e a forma como elas se organizaram para manter os engenhos e as fazendas da região (RODRIGUES, 2013; OLIVEIRA, 2014). Inclui-se ainda o trabalho de fôlego empreendido por Maurício de Almeida Abreu sobre o Rio de Janeiro colonial, que versou, entre tantas outras coisas, sobre os partidistas e demais pequenos lavradores do distante século XVII (ABREU, 2010). Estes, assim como outros trabalhos, têm contribuído para se perceber a enorme complexidade da população do meio rural, ou seja, eles têm ajudado a pintar um quadro mais diverso desse espaço, que passa a ser cada vez mais povoado por famílias de lavradores pobres, por escravos e por mestiços, ao lado dos grupos de elite ou latifundiários, formando, assim, uma pintura repleta de negociações, violência, acordos e conflitos entre as partes.

Apesar disso, os engenhos e outras unidades latifundiárias de produção continuam sendo os protagonistas quando se foca na região rural do Rio de Janeiro, especialmente quando se trata de questões produtivas e relacionadas ao trabalho. Não é para menos; afinal, é muito mais fácil analisar as implicações da produção de uma fábrica de açúcar – que geralmente é mais bem documentada – do que o da pequena lavoura familiar, fosse ela voltada para uma economia de abastecimento, de subsistência, ou mesmo vinculada a algum engenho como partidista. Na verdade, o destaque que muitas vezes se deu às unidades de produção latifundiárias foi uma opção historiográfica que via na grande lavoura o elemento fundamental para se entender o passado brasileiro, alijando deste processo o pequeno lavrador por este não ter um papel relevante nos quadros produtivos voltados para o exterior, permanecendo então com uma agricultura de subsistência que era um apêndice da grande lavoura (PRADO JR., 2011, pp.148-149). Foi a partir da emergência de novas interpretações na década de 1970, que enxergaram não só o mercado externo, mas também o mercado interno e as suas múltiplas formações econômicas, que a produção do pequeno lavrador pôde então aparecer de forma mais complexa e problematizada no passado colonial brasileiro. Tais perspectivas foram encabeçadas por Ciro Flamarion Cardoso e Maria Yedda Linhares, e posteriormente resultaram em vários trabalhos de alunos de pós-graduação que desenvolveram estudos sobre o mercado de abastecimento interno e sobre os homens pobres livres, quebrando uma “visão plantacionista” predominante até então na história econômica e social (PEDROZA, 2014, pp. 384-385). Além dessas questões historiográficas levantadas por Manoela Pedroza, que fizeram com que a produção do pequeno lavrador ficasse no limbo até algumas décadas atrás, acredito que, no caso do Rio de Janeiro, existe ainda outro agravante que fez com que este pequeno lavrador fosse pouco estudado: a destruição de boa parte da documentação cartorária da cidade no grande incêndio que ocorreu no arquivo da Câmara Municipal em fins do século XVIII, quando se perderam muitos inventários, testamentos e outros documentos relativos ao período colonial (FAZENDA, 2011). A perda

desses documentos colaborou ainda mais para o esquecimento de alguns grupos e atividades, pois, se para os senhores de engenho ou mesmo para demais atividades produtivas de larga escala podem restar ainda muitas fontes em outros arquivos ou mesmo no exterior, para os pequenos lavradores, de forma contrária, a perda desses documentos parece ser muito mais grave, pois as escrituras públicas da cidade podem ter sido o espaço de memória mais privilegiado por este grupo, onde ele deve ter deixado mais vestígios sobre suas práticas econômicas do que em outros fundos arquivísticos. Por isso, em se tratando do incêndio da Câmara, os maiores prejudicados me parecem ser as gentes da arraia miúda². Mesmo assim, pesquisadores como Antonio Carlos Jucá de Sampaio, Manoela Pedroza e Maurício de Almeida Abreu têm demonstrado que é possível recuperar em parte a vida econômica da pequena lavoura com as fontes cartorárias ou com os inventários que sobreviveram sobre o período colonial, inclusive complementando estas fontes com outros documentos de caráter paroquial ou mantidos por ordens religiosas, como a ordem beneditina do Rio de Janeiro (PEDROZA, 2011; SAMPAIO, 2003; ABREU, 2010).

Durante minha pesquisa para o mestrado, cujo espaço privilegiado fora a freguesia de Jacarepaguá, me deparei com os vários problemas e desafios que a lacuna de documentos sobre a vida econômica da população rural impunha, e foi justamente procurando mais fontes que pudessem contribuir para o meu trabalho que encontrei subitamente um documento ainda muito ignorado pelos historiadores: os mapas de população do distrito de Guaratiba de 1797. Ao mesmo tempo que eu me deparei com este documento no Arquivo Histórico Ultramarino, por meio da digitalização do seu acervo pelo projeto Resgate (http://www.cmd.unb.br/resgate_ahu.php), a historiadora Ana Paula Souza Rodrigues também o localizou e percebeu suas potencialidades (RODRIGUES, 2013). De fato, os mapas de população para a região forneciam informações, que em alguns casos eram *sui generis*, sobre as famílias que ali residiam, especialmente por meio dos dados sobre sua produção, exportação, lucro e quantidade de escravos. No entanto, não serão tratadas neste trabalho todas as freguesias do Distrito de Guaratiba, mas somente as de Jacarepaguá, Campo Grande e Guaratiba, regiões que, reunidas, formariam a “Zona Oeste colonial” do Rio de Janeiro; sobre as freguesias de Piedade de Iguaçu e Jacutinga, remeto o leitor para o trabalho já mencionado de Ana Rodrigues. Desta forma, o que se quer apresentar aqui é um primeiro esboço do universo produtivo dessas freguesias a partir das famílias de partidistas, e não tanto das grandes famílias latifundiárias e proprietárias de engenhos. Assim, se buscará desenvolver algumas questões sobre a produção, a posse de escravos e as condições de vida desses núcleos familiares que muitas vezes são invisíveis ou muito desfigurados por trás dos grandes engenhos e fazendas que pontilhavam o meio rural. Começamos, então, falando um pouco mais sobre os mapas de população.

Os mapas de população no império marítimo português

Os mapas de população consistiam em tabelas ou listas que demonstravam a população de um determinado local (freguesia, vila, cidade, etc) por meio de alguns critérios, como gênero, idade, condição jurídica (se livre, forro ou escravo), entre outros. A maioria dos autores que têm pesquisado essa documentação atesta a sua íntima relação com o poder central do império, ou seja, com a Coroa portuguesa. É a partir dela que são emanadas, desde princípios do século XVIII, ordens para que se estabelecessem contagens da população e confecção de mapas para diferentes partes dos seus domínios ultramarinos, identificando-se, a partir da segunda metade do século XVIII, maior persistência da Coroa em cobrar a elaboração desses documentos de maneira padronizada e mais recorrente (MATOS, 2013, p. 13; MARCÍLIO, 1974, p. 43). O motivo para conhecer a população colonial variou no tempo; no entanto, ele costuma ser entendido como parte da política mercantilista da Coroa, que desejava saber quantos homens havia para organizá-los a partir dos seus interesses econômicos e militares. Eram documentos, portanto, que se inseriam no processo de formação do Estado moderno (MATOS, 2013, p. 8).

Os mapas de população foram elaborados para diferentes partes do Império português, como Goa, na Índia, Luanda, em Angola, nas Ilhas Atlânticas e na América portuguesa. No início não foram respeitadas regras sistemáticas para todos eles, e foi somente a partir de uma ordem real de 21 de maio de 1776 que a Coroa portuguesa estabeleceu uma padronização das informações (especialmente de faixas etárias da população recenseada) e a periodicidade anual da sua elaboração, ordem que deveria ser seguida por vários governadores do Império (MATOS, 2013, p. 13)³. Em se tratando da América portuguesa, já os primeiros mapas de população da década de 1760 tinham objetivos claramente militares: serviam para se conhecer o número de homens de determinadas regiões, suas idades e sua disponibilidade para a formação da defesa local. Além disso, era especialmente importante conhecer a população das fronteiras com a América espanhola, objetivando, assim, salvaguardar os direitos de ocupação da monarquia portuguesa (MARCÍLIO, 1974, p. 47). Outros objetivos surgiram na década de 1790, quando os mapas ganham características econômicas. A ordem régia de 21 de outubro de 1797 requeria, além das informações populacionais, também uma série de informações sobre a vida econômica dos indivíduos, tais como suas ocupações e o seu comércio (importações e exportações). Para a capitania como um todo, também eram requeridas informações econômicas, como quanto havia sido produzido e consumido, além dos preços dos gêneros alimentícios (BACELLAR, 2013, p. 50).

Nem sempre deve ter sido fácil obter as informações requisitadas pela Coroa, e muitas vezes os governadores das capitanias reclamavam dos enormes territórios sob a sua jurisdição de forma a justificarem suas faltas (MARCÍLIO, 1974, p. 48). A própria população levantava suspeitas sobre as listas e não parecia disposta a cooperar por temor, como aponta Carlos

Almeida Bacellar, que o levantamento servisse para recrutar homens para a defesa ou a guerra nas fronteiras da colônia (BACELLAR, 2013, p. 40). O fato de membros das ordenanças locais serem os principais responsáveis por reunir as informações que seriam posteriormente passadas para o governo da capitania deve ter aumentado ainda mais as suspeitas do povo, dificultando a sua cooperação na elaboração dos mapas. Aliás, o procedimento em torno da confecção deste documento é um aspecto que ainda não está devidamente claro para toda a América portuguesa. Paulo Teodoro de Matos, por exemplo, afirma que os párocos e bispos da Igreja católica eram os principais responsáveis pela elaboração das estatísticas e dos dados sobre a quantidade da população, os nascimentos e as mortes. Ao lado deles trabalhavam diversos oficiais das milícias (como capitães de ordenança), corregedores e juizes de fora (MATOS, 2013, p. 14). Já Carlos Bacellar não consegue enxergar essa cooperação entre as esferas eclesiásticas e laicas na confecção dos mapas sobre São Paulo:

A colaboração da Igreja e dos representantes da Justiça Régia não transparece no corpo das listas existentes. Nelas, pelo contrário, o que se percebe é a ação evidente dos homens da Ordenança, observada a hierarquia: cada cabo de esquadra responde pelo levantamento dos domicílios sob sua responsabilidade e leva os dados para o capitão da respectiva companhia de ordenanças. O capitão, ou alguém sob sua ordem, reúne estes dados, organiza a lista nominativa dos habitantes de sua companhia e prepara os mapas de resumo; a seguir, envia, juntamente com os demais capitães de companhia, sua lista e seus mapas ao capitão mor. Este, por sua vez, apenas reúne as diversas listas, prepara os mapas gerais da vila e tudo envia ao capitão general governador da capitania (BACELAR, 2013, p. 48).

Outra que destaca a participação dos homens da ordenança na elaboração dos mapas é Maria Luiza Marcílio, que fez uma das análises mais profundas sobre os mapas de São Paulo para os séculos XVIII e XIX. Segundo ela, os sargentos das milícias ou os cabos de esquadra das Ordenanças eram os verdadeiros responsáveis por coletar as informações *in loco*, obedecendo às ordens dos governadores da capitania (MARCÍLIO, 1974, p. 49). A maneira como o recenseamento poderia ser feito era variada – a partir de uma visita do recenseador a cada um dos domicílios ou mesmo um encontro anual marcado na igreja matriz ou na Câmara Municipal, com a presença de todos os representantes de domicílios, a fim de fornecerem as informações requeridas (MARCÍLIO, 1974, p. 51). Talvez em outras capitânicas o processo tenha sido o mesmo, embora, como o caso de São Paulo seja o mais estudado, fique difícil generalizar estas práticas censitárias para outras capitânicas, necessitando ainda de mais pesquisas para se entender o processo de recenseamento da América portuguesa em geral.

Para o Rio de Janeiro do século XVIII, existem algumas tabelas sobre a população e a produção de algumas partes da capitania. Creio que a mais famosa delas seja a relação do marquês de Lavradio ao entregar o governo ao seu sucessor, D. Luiz de Vasconcelos e Souza, em 1779. Nela constam as listas parciais feitas pelos mestres de campo das paróquias que reuniram o número de fogos (domicílios) e engenhos de cada uma delas (não consta,

entretanto, o número de pessoas de cada freguesia). Sobre os engenhos, são dados ainda o número de escravos e a produção de açúcar e aguardente, enquanto a produção de gêneros alimentícios, como farinha, arroz, feijão, entre outros, é fornecida para as freguesias como um todo. Ou seja, a análise produtiva não gira em torno das famílias, só aparecendo a soma final da produção de toda a paróquia (RIHGB, 1913 [1779]). A segunda relação trata do “Mappa geral das cidades, villas e freguezias que formão o corpo interior da capitania do Rio de Janeiro, com declaração do numero de seus templos, fogos, etc”, que consta de memórias públicas por “observação curiosa dos annos de 1779 até o de 1789” (RIHGB, 1884). Embora esse mapa forneça os fogos e a população total (livre e escrava) das freguesias urbanas e rurais, inclusive contando com estas informações sobre as vilas do interior da capitania do Rio de Janeiro, não existem dados mais precisos sobre o modo como o mapa foi feito, assim como não consta qualquer informação de teor econômico sobre as freguesias. Além disso, os somatórios de pessoas que aparecem no mapa não são nem um pouco confiáveis, muitas vezes apresentando números diferentes da soma de homens e mulheres que aparecem no próprio documento.

A fonte com que eu desejo trabalhar neste artigo, o mapa do Distrito de Guaratiba de 1797, seria o terceiro mapa de população sobre o Rio de Janeiro no século XVIII, pelo menos entre os que eu consegui encontrar até o momento. Ele é bem diferente dos dois anteriores, pois não é uma junção de várias relações parciais como a deixada pelo marquês de Lavradio, e também não se restringe aos dados populacionais, como o mapa da “observação curiosa dos annos de 1779 até o de 1789”. A “Descrição do Distrito da Guaratiba da Capitania do Rio de Janeiro”, como consta na capa do documento (AHU, 1797), consiste em uma série de mapas descritivos da população e da economia das freguesias que faziam parte da jurisdição do distrito miliciano de Guaratiba. O recenseador foi o sargento-mor Sebastião José Guerreiro França, que fez o documento a mando do vice-rei conde de Resende. Os mapas fornecem um minucioso retrato das condições familiares e econômicas das freguesias, apresentando o nome dos chefes dos fogos, sua residência, o número de filhos, escravos e agregados, a condição da família quanto à terra (se eram proprietários ou não), quanto produziam, quanto exportavam, quantos animais tinham e o lucro anual do que exportaram.

A julgar pelas datas que estão na capa dos mapas de cada freguesia, o sargento-mor Sebastião José demorou aproximadamente um mês em cada paróquia, começando seu trabalho por Campo Grande em abril e terminando quatro meses depois, quando passou por Itaguaí no mês de agosto. Isto é interessante, porque nesses mapas já existe uma série de dados – especialmente os de cunho econômico – que só seriam cobrados pela Coroa portuguesa seis meses depois, a partir da ordem régia de 21 de outubro de 1797, que requeria mapas sobre a produção e o comércio dos domicílios. Isso leva a pensar que já antes dessa ordem régia devia existir alguma recomendação neste sentido. Se compararmos este mapa de 1797 com outro feito por Manoel Martins do Couto Reis para o Distrito de Campos dos Goytacazes em 1785,

| C.º | Nomes dos Chefes de Famílias | Idade | Sua Residência | Estado | Filhos | | Esoragos | | Aparçãos | | | | | | Qu. J.º | | | | | |
|-----|----------------------------------|-------|-----------------|--------|--------|---------|----------|---------|-----------|---------|------|---------|------|---------|---------|---|------------|------------|------------|------|
| | | | | | Mães | | Mães | | Soc. Est. | | Mães | | Mães | | Mães | | De 15 a 20 | De 21 a 30 | De 31 a 40 | |
| | | | | | Mães | Menores | Mães | Menores | Mães | Menores | Mães | Menores | Mães | Menores | | | | | | |
| 1 | Jeronima (Vid. Viç.) | 62 | Engen. de Vigas | Solte | | | | | | | | | | | | | | 1900 | 1500 | Sol. |
| 2 | Ignacia (Viç.) | 20 | Viçosa | Solte | 2 | | | 6 | | | | | | | | | | | | |
| 3 | Off. Dom.ª Leon.ª da Silva | 22 | Viçosa | Casado | 1 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | | | |
| 4 | Jose (Vid. de Alim.ª) | 27 | Viçosa | Casado | 1 | | | | | | | | | | | | | | | |
| 5 | João (Vid. de Costa) | 30 | Dito | Casado | | | 3 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | | | | |
| 6 | Antonia (Vid. de Chaves) | 36 | Dito | Casado | 1 | | 1 | | | | | | | | | | | | | |
| 7 | Jose Simoes | 25 | Dito | Casado | 2 | | | | | | | | | | | | | | | |
| 8 | Sebastião (Vid. de Silva) | 70 | Dito | Solte | | | | | 1 | | | | | | | | | | | |
| 9 | Domingos (Vid. de Silva) | 27 | Dito | Solte | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 10 | Vitorino (Vid. de Silva) | 20 | Dito | Solte | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 11 | Francisco Xavier (Vid. de Silva) | 25 | Dito | Casado | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 12 | Antônio (Vid. de Silva) | 30 | Dito | Solte | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 13 | Antônio (Vid. de Silva) | 36 | Dito | Casado | 1 | | | | | | | | | | | | | | | |
| 14 | Manoel (Vid. de Silva) | 55 | Dito | Viuvo | | | | 2 | | | | | | | | | | | | |
| 15 | Brasão (Vid. de Silva) | 74 | Quarta | Solte | | | 17 | 2 | | | | | | | | | | 825 | 1500 | |
| 16 | João (Vid. de Silva) | 28 | Dito | Casado | | | 1 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | | | | |
| 17 | Francisco (Vid. de Silva) | 37 | Dito | Casado | 1 | | 3 | | | | | | | | | | | | | |
| 18 | Jose (Vid. de Silva) | 20 | Dito | Casado | 1 | | 3 | | | | | | | | | | | | | |
| 19 | Jose (Vid. de Silva) | 32 | Dito | Solte | | | | 2 | | | | | | | | | | | | |
| 20 | Moisés (Vid. de Silva) | 78 | Dito | Solte | | | | 2 | | | | | | | | | | | | |
| 21 | Francisco (Vid. de Silva) | 62 | Dito | Solte | | | | 2 | | | | | | | | | | | | |
| 22 | Jose (Vid. de Silva) | 23 | Dito | Solte | | | | 2 | | | | | | | | | | | | |
| 23 | Antônio (Vid. de Silva) | 25 | Dito | Solte | | | | 2 | | | | | | | | | | | | |
| 24 | Estevão (Vid. de Silva) | 62 | Dito | Casado | | | | 2 | | | | | | | | | | | | |
| 25 | Antônia (Vid. de Silva) | 70 | Dito | Viuvo | 2 | | 1 | | | | | | | | | | | | | |

Figura 01 - Folhas da Descrição do Distrito de Guaratiba de 1797.

veremos muitas semelhanças. Em ambos são assinalados somente os nomes dos chefes dos domicílios, aparecendo também em ambos uma preocupação de levantar a vida econômica dos fogos, com as informações sobre as colheitas anuais e sua produção de algodão (REIS, 2011). Os estilos da apresentação dos dois mapas são, inclusive, muito parecidos, dando mostras de que existia uma preocupação de padronizar algumas informações gerais (como os dados sobre a família e sua ocupação). Pode-se afirmar mesmo que os mapas encontrados até então para o Rio de Janeiro já demonstravam uma preocupação de ordem econômica antes de a ordem régia estabelecer este padrão, especialmente se levarmos em conta os mais completos, como os de Manoel Reis, de 1785, e os de Sebastião José França, de 1797.

Outra semelhança entre os dois mapas é que foram elaborados relatórios sobre os locais recenseados, apresentando uma série de informações qualitativas e descritivas sobre as freguesias, seus engenhos, sua população e seus hábitos, entre outros dados. A descrição do Distrito de Campos dos Goytacazes feita por Manoel Reis se mostrou extremamente rica e interessante, talvez um exemplo único em se tratando da América portuguesa. No caso do Distrito de Guaratiba, só consegui encontrar os mapas das freguesias, mas existe (ou pelo menos existiu) uma relação escrita por Sebastião José França que devia acompanhar os dados dos mapas. Minhas suspeitas sobre isso foram alimentadas inicialmente pelo jornalista Waldemar Costa no seu livro *Imagens de Jacarepaguá*. Com o intuito de reunir algumas fotografias e imagens sobre a região, Waldemar aproveitou também para fazer um pequeno resumo histórico de Jacarepaguá, no qual escreveu que “em documento apresentado ao vice-rei D. José Luis de Castro (1744-1819), conde de Resende, o sargento-mor Sebastião José Guerreiro França narra que, em 1797, a freguesia de Jacarepaguá possuía 252 residências” (COSTA, 1995, p. 7). De início estranhei aquela informação, pois não encontrava respaldo dela em outras fontes ou na bibliografia. Só depois de me deparar com os mapas de 1797 no Arquivo Histórico Ultramarino é que pude constatar que de fato o senhor Waldemar Costa estava correto. No entanto, foi com outro autor que descobri a existência da relação que acompanhava os mapas do Distrito de Guaratiba: Noronha Santos. Quando este escrevia sobre as antigas fazendas de Jacarepaguá, resolveu se alongar sobre o Engenho da Água fazendo a seguinte ressalva:

Noutro documento apresentado ao Vice-Rei Conde de Resende, em 1797, pelo sargento-mor Sebastião José Guerreiro da França, comandante do distrito miliciano de Guaratiba, do qual fazia parte Jacarepaguá, consta o seguinte:

Engenho d'Água – Pertence aos Exmos. Srs. Viscondes de Asseca.

A fábrica mói com água, e é grande, porém, a continuada mudança dos seus administradores, e, talvez, a sua pouca inteligência faz com que os interesses sejam muito rasteiros, à proporção dos muitos que essa belíssima fazenda é suscetível.

O corpo do engenho é formidável e construído por José Roiz Aragão, no tempo em que tinha aforado a dita fazenda; porém, tendo expirado há muitos anos o seu aforamento, ainda a administração a não acabou, nem talvez acabará aquela obra,

que certamente seria uma das melhores desse distrito. As terras são excelentes. Têm boas vargens, bons matos e muita água.

Ao tratar do Oratório do Engenho d'Água, aquele sargento-mor o diz existir sob a invocação de Nossa Senhora da Cabeça: “É forrado e construído de pedra e cal, no ano de 1795, pelo desembargador Antonio Diniz da Cruz e Silva, como juiz privativo da casa dos Exmos. Srs. Viscondes de Asseca” (SANTOS, 1981, p.169).

Infelizmente, o autor não se preocupou neste caso em indicar a origem do documento. Por sorte, em outro dos seus trabalhos ele foi mais específico. Foi o caso do estudo histórico para o tombamento da casa-grande do Engenho da Taquara, também localizado em Jacarepaguá, que consta no arquivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Ao elaborar o estudo, Noronha Santos contou novamente com a ajuda do mapa de 1797 para recolher informações sobre o dito engenho, dando como fonte o “relatório apresentado em 1797 ao vice-rei Conde de Resende (documento pertencente ao historiador Alberto Ribeiro Lamego, o erudito autor de *Terra Goitacás*) (ANS-Iphan, 1945, ver nota 7). Sabe-se que Alberto Lamego foi um grande colecionador de documentos, e também foi proprietário dos mapas de Couto Reis sobre o Distrito dos Campos dos Goytacazes, por isso é bem provável que no seu acervo constasse também a relação do Distrito de Guaratiba⁴.

Como não disponho desse relatório no momento, resta trabalhar somente com os dados dos mapas, o que implica algumas precauções. Dadas as suas características, não seria errado afirmar que os mapas do Distrito de Guaratiba constituem verdadeiros retratos das freguesias tirados em 1797. Quando me refiro a um retrato, quero sublinhar o caráter paralisador que as fotografias exercem sobre as pessoas, momentos e lugares que retratam. Essa analogia é bem conveniente, pois serve de alerta para alguns cuidados na análise do documento: as informações contidas no mapa são específicas para o ano em questão; portanto, é difícil apresentar uma análise em movimento. Por exemplo, o ano de 1797 pode ter sido excepcional para a produção de açúcar das freguesias, conferindo altos lucros para as famílias que se envolveram na sua produção. Porém, o ano anterior poderia ter sido péssimo, assim como o ano seguinte ao de 1797 poderia ter sido muito ruim. Desse modo, talvez tivéssemos uma falsa impressão a partir de dados bem específicos. Ou seja, falta uma *série documental* para fazer conjecturas de curto ou longo prazo mais seguras, uma vez que o ideal seria dispor de mapas da produção e da população para os anos de 1798, 1799 e 1800, entre outros, da mesma forma que acontece no caso de São Paulo (MARCÍLIO, 1974). Outro problema que também se coloca é sobre a confiabilidade das informações que aparecem nos mapas. Como só disponho dos mapas e não tenho como consultar a relação feita juntamente com eles, não sei praticamente nada sobre os problemas e as dificuldades que o próprio Sebastião José Guerreiro pode ter encontrado e porventura declarado sobre a elaboração do documento. Neste sentido, acredito que devo me fiar nas colocações do relatório escrito por Couto Reis, especificamente no ponto levantando pela historiadora Sheila de Castro Faria, que, ao utilizar

as informações dos mapas do Distrito de Campos dos Goytacazes, lembra as dificuldades relatadas pelo próprio autor dos mapas:

E no que respeita aos produtos da sua agricultura [da capitania da Paraíba do Sul] que nas mesmas relações se manifestaram, não servem de exemplo perfeito para se formar uma ideia plena de sua riqueza, mas sim uma noção inferior do que na realidade é. Duas causas nos provam da maior certeza: a primeira porque as colheitas, que indico, são as que restaram, e se aproveitaram da esterilidade, que por motivo da grande seca se experimentou geralmente neste distrito; a maior, certamente, foi no ano de 1783, que se lhe conheceu, de tal sorte, que muitas pessoas nada colheram; a segunda, porque muitos escrupulosos de falar verdade a este respeito, bem pode ser que omitissem mais do que na realidade fosse; assim como a religião de São Bento, que é fama constante possuir mais de 10.000 cabeças de gado vacuum, não quis dizer senão aquilo que se manifesta (REIS, *apud* FARIA, 1998, p. 245).

O ponto levantado por Manoel do Couto Reis é bastante pertinente, visto que a percepção deste recenseador do século XVIII constitui uma relevante consideração que o historiador deve ter ao utilizar os mapas de população, tanto que ela é praticamente a mesma advertência exposta por Maria Luiza Marcílio e Carlos Almeida Prado Bacellar ainda hoje (MARCÍLIO, 1974; BACELLAR, 2013). Certamente as perguntas sobre a quantidade de escravos, de animais, de produção e lucro das residências deveriam levantar suspeitas entre a população, desta vez não tão temerosa de um alistamento militar, mas sim do fisco régio; afinal, conhecer a riqueza material ou produtiva das famílias poderia aumentar a cobiça do poder central e resultar em mais impostos e taxações. Isso ficou mais claro ainda em São Paulo: Bacellar afirma que por muito tempo a pobreza rural paulista teve como base as declarações do patrimônio familiar fornecida nos primeiros mapas da década de 1760. No entanto, trabalhos mais recentes, como o de Maria Aparecida Borregos, vêm provando que houve uma clara subavaliação de alguns patrimônios que as famílias declaravam para as autoridades, especialmente quando se compara o valor dos bens nos inventários da família com os valores declarados por ela para os mapas (BACELLAR, 2013, p. 53). Portanto, parece-me que o mais confiável a fazer é tomar os dados produtivos e da quantidade de escravos como representantes da *potencialidade mínima* daquelas freguesias.

Uma vez vistas as principais características dos mapas de população e mencionados os problemas em torno da sua confecção e do seu uso para a História, abordemos agora as suas potencialidades e as oportunidades que eles abrem para o estudo das famílias de pequenos lavradores do meio rural.

Os lavradores partidistas na Zona Oeste colonial

O lavrador que estou chamando de “partidista” é comumente encontrado no meio rural brasileiro, especialmente nas regiões açucareiras. Partidista é o “lavrador de cana” que aparece em outros trabalhos (SCHWARTZ, 1988, p. 247), porém, como no próprio mapa de

1797 aparece o termo “partidista”, preferi mantê-lo para designar esses lavradores. O regime ou sistema de partido consistia em um contrato firmado entre o senhor de engenho e um indivíduo para a produção de cana. Enquanto o último entrava com o cultivo e a mão de obra, o primeiro fornecia a terra e o processamento da cana pelo engenho. Deste modo, o “partido de cana” ficava ligado a uma fábrica de açúcar da qual ele não poderia se desvincular facilmente, ou seja, o partidista era obrigado a levar suas canas para o engenho do senhor que lhe cedia a terra, sendo uma maneira de incrementar a produção do engenho por meio do parcelamento das responsabilidades, que muitas vezes caíam mais pesadas para o lado dos partidistas (FERLINI, 2003; SCHWARTZ, 1988). A presença do elemento partidista no meio rural brasileiro já foi apontada como uma característica tipicamente portuguesa na produção de açúcar nas Américas, distinguindo os engenhos da parte lusa de outros que existiam nas áreas da América inglesa, espaço onde não surgiu um partilhamento da produção (DUNN, 2000, pp. 64-65). Alguns estudos sobre os engenhos do Nordeste ratificam a importância da produção de cana dos partidos. A historiadora Vera Ferlini cita o seu grande peso no século XVII como parte estrutural da produção açucareira, ponto que será reforçado por Stuart Schwartz ao também estudar os lavradores de cana livres e partidistas (FERLINI, 2003, p. 310; SCHWARTZ, 1988, p. 247). No entanto, o regime do partido ainda apresenta muitas lacunas para outras partes da América, como o Rio de Janeiro do século XVIII. Sobre o século anterior, os pesquisadores Antonio Carlos Jucá de Sampaio e Maurício de Almeida Abreu concordam que o regime de partido carioca serviu primordialmente como uma forma de garantir cana para os engenhos e, desse modo, funcionou como uma forma de dividir os custos da indústria açucareira (SAMPAIO, 2003, pp. 107-108; ABREU, 2010, vol. 2, pp. 106-108). Assim, o regime do Rio de Janeiro se diferenciou daquele encontrado em partes da Bahia, onde, além da obrigação de dar 50% da cana produzida, as famílias partidistas tinham ainda que pagar um foro pela utilização da terra. Dessa forma, enquanto os lavradores do Rio de Janeiro pagavam 50% da sua cana produzida para o senhor de engenho, seus contemporâneos da Bahia pagavam, além desses 50%, mais 1/3 ou 1/4 do açúcar pelo arrendamento da terra, ficando somente com 37,5% ou 16,5%, segundo as contas de Stuart Schwartz (SCHWARTZ, 1988, p. 249)⁵. Portanto, o quesito da divisão produtiva do açúcar – especialmente a divisão dos seus riscos – era muito mais relevante para os senhores de engenho cariocas do que o recolhimento de rendas fundiárias.

O mapa do Distrito de Guaratiba nos permite conhecer um pouco mais sobre os partidistas do Rio de Janeiro. No entanto, antes de nos debruçarmos sobre este grupo, vejamos algumas informações demográficas sobre as freguesias expostas pelos mapas de 1797, de modo a conhecermos a população em geral daquelas partes.

Tabela 1 – Resumo de algumas informações dos mapas do Distrito de Guaratiba, 1797⁶

| | Engenhos | Fogos | População | Pop. Livre | | Pop. Escrava | |
|--------------|-----------|------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Campo Grande | 14 | 357 | 3.566 | 1.562 | 43,8% | 2.004 | 56,2% |
| Jacarepaguá | 8 | 249 | 2.283 | 987 | 43,2% | 1.296 | 56,7% |
| Guaratiba | 5 | 324 | 3.019 | 1.338 | 44,3% | 1.681 | 55,6% |
| Total | 27 | 930 | 8.868 | 3.887 | 43,8% | 4.981 | 56,1% |

A participação dos escravos na população das freguesias era majoritária, ultrapassando sempre os 50% da sua composição. Isso significa que estamos falando de uma população rural que é predominantemente negra ou mestiça. Uma população cativa que, cabe lembrar, se encontra principalmente nas mãos dos senhores de engenho ou de outros proprietários de largo cabedal: em Campo Grande, dos 2.004 escravos, 873 pertenciam a grandes proprietários (43,5% do total); em Jacarepaguá, dos 1.296 escravos, 572 estavam na mesma situação (44,1% do total). Já em Guaratiba, os percentuais são menores, com 17,9% dos cativos vivendo em engenhos ou em terras de ordens religiosas (302 de 1.681).

Se a presença do cativo é marcante naquelas sociedades rurais, cabe outra pergunta também sobre a composição dos domicílios: quantos deles eram lares de cor? Ou seja, chefiados por negros ou mestiços? Nos mapas são contados somente os fogos livres; no entanto, em alguns casos o recenseador mencionou a condição social dos chefes das famílias. Na verdade, esta informação variou bastante, pois nos mapas de Jacarepaguá e de Guaratiba não aparece nenhum chefe de família de cor, enquanto em Campo Grande apareceram 23 fogos liderados por pretos, pretas ou pardos (6,4% do total). Seria possível pensar que os chefes da maioria das famílias recenseadas eram de fato homens ou mulheres sem ligação pregressa com o cativo. No entanto, isto pode se revelar uma perspectiva enganosa. Para elucidar este ponto, é necessário começar a cruzar as informações dos mapas com outros documentos. Num primeiro exercício neste sentido, experimentei cruzar as informações de batismos de homens livres de Jacarepaguá da década de 1790 com as informações do mapa. O processo não é dos mais fáceis, pois, apesar de o mapa oferecer várias informações sobre as famílias, muitas vezes nos registros paroquiais só é possível recuperar o nome dos pais do batizando. Por isso, quando aparece um José Ferreira levando seu filho para batizar, surge invariavelmente a pergunta: será que ele é o mesmo José Ferreira que aparece liderando uma família no mapa? Para diminuir as dúvidas quanto aos homônimos, foi necessário cruzar outras informações além do nome. A questão da moradia foi crucial em alguns casos, pois é uma informação que aparece tanto nos registros de batismo como no mapa. Na verdade, a residência dos pais nem sempre foi assinalada pelos párocos de Jacarepaguá, mas, no caso em que isso aconteceu, foi possível relacionar com mais segurança algumas famílias que apareciam nos batismos com as que apareciam no mapa. Além disso, também foram cruzadas outras informações além da residência, como a situação matrimonial dos indivíduos,

outra informação que aparece nos dois documentos e que pode, em alguns casos, ajudar no relacionamento. Seguindo por este caminho, descobriu-se que, em 31 dos 249 fogos que compunham Jacarepaguá, os chefes foram declarados pelos párocos como pardos, pardas ou crioulos, mesmo que no mapa não lhes fosse atribuída qualquer cor. Isto representa cerca de 12% de todos os domicílios da freguesia, muito provavelmente de famílias que saíram da escravidão e acabaram se tornando pequenos produtores rurais. Possivelmente, muitas outras famílias ainda podem ser identificadas, e também deveriam existir muitas outras que sequer foram contadas nos mapas. Esta mesma questão pode ser colocada para os domicílios partidistas: quantos deles seriam de cor? Mais uma vez utilizando o exemplo de Jacarepaguá, percebe-se que a minoria deles integrava este grupo: dos 31 fogos de cor na paróquia, somente seis eram de pardos ou crioulos partidistas. A maioria dos fogos mestiços era de famílias que pagavam foro pela terra (21), enquanto uma família era proprietária de terras e outras três viviam em terras arrendadas, mas sem pagar foro. Ou seja, cruzando as informações de diferentes documentos, é possível perceber não só o africano ou o mestiço como escravo (algo que já é dado a partir das próprias informações do mapa), mas também os seus representantes que compunham a parte liberta daquela sociedade, mesmo que o documento não ofereça esta informação por conta própria. O cruzamento permite ao pesquisador traçar um perfil econômico (ainda que limitado por um ano) das famílias que saíram do cativo, o que pode suscitar questões sobre mobilidade social naquelas sociedades.

Outra questão a se verificar era o peso dos partidistas nas terras dos engenhos em fins do século XVIII. A tabela 2 abaixo nos ajuda a elucidar isso:

Tabela 2 – Famílias que vivem nas terras dos engenhos de Jacarepaguá, Campo Grande e Guaratiba, 1797

| Engenhos | Famílias que pagam foro | Famílias que não pagam foro, mas vivem em terras do engenho | Famílias que são partidistas do engenho | Famílias proprietárias de terras | Total de famílias que residem no engenho e seus arredores |
|--|-------------------------|---|---|----------------------------------|---|
| Engenho da Taquara e Engenho Novo da Taquara/Taquara (Jacarepaguá) | 4 | 2 | 5 | 1 | 12 |
| Engenho do Rio Grande/Rio Grande (Jacarepaguá) | 33 | 4 | 17 | 6 | 60 |
| Engenho de Fora (Jacarepaguá) | 1 | 5 | 8 | 0 | 15* |
| Engenho da Serra (Jacarepaguá) | 0 | 1 | 2 | 1 | 4 |

Tabela 2 (cont.) – Famílias que vivem nas terras dos engenhos de Jacarepaguá, Campo Grande e Guaratiba, 1797

| Engenhos | Famílias que pagam foro | Famílias que não pagam foro, mas vivem em terras do engenho | Famílias que são partidistas do engenho | Famílias proprietárias de terras | Total de famílias que residem no engenho e seus arredores |
|--|-------------------------|---|---|----------------------------------|---|
| Engenho da Taquara e Engenho Novo da Taquara/Taquara (Jacarepaguá) | 4 | 2 | 5 | 1 | 12 |
| Engenho do Rio Grande/Rio Grande (Jacarepaguá) | 33 | 4 | 17 | 6 | 60 |
| Engenho de Fora (Jacarepaguá) | 1 | 5 | 8 | 0 | 15* |
| Engenho da Serra (Jacarepaguá) | 0 | 1 | 2 | 1 | 4 |
| Engenho da Água (Jacarepaguá) | 8 | 0 | 5 | 1 | 14 |
| Engenho do Camorim / Camorim (Jacarepaguá) | 3 | 0 | 5 | 1 | 9 |
| Engenho da Vargem / Vargem (Jacarepaguá) | 4 | 0 | 2 | 1 | 7 |
| Engenho do Viegas (Campo Grande) | 0 | 0 | 13 | 1 | 14 |
| Engenho do Mendanha (Campo Grande) | 0 | 0 | 16 | 1 | 17 |
| Engenho do Mato da Paciência (Campo Grande) | 2 | 1 | 0 | 0 | 3 |
| Engenho do Cabuçu (Campo Grande) | 0 | 1 | 4 | 1 | 8 * |
| Engenho do Lamarão (Campo Grande) | 0 | 1 | 4 | 4 | 9 |
| Engenho do Piraquara (Campo Grande) | 0 | 0 | 4 | 1 | 5 |
| Engenho do Bangu (Campo Grande) | 0 | 0 | 6 | 1 | 7 |
| Engenho do Retiro (Campo Grande) | 0 | 0 | 5 | 1 | 6 |
| Engenho de Juari (Campo Grande) | 0 | 3 | 13 | 1 | 18* |
| Engenho do Inhoaíba (Campo Grande) | 6 | 2 | 24 | 5 | 38* |
| Engenho das Capoeiras (Campo Grande) | 2 | 0 | 38 | 1 | 41 |
| Engenho dos Coqueiros (Campo Grande) | 0 | 0 | 9 | 1 | 10 |
| Engenho de Fora (Guaratiba) | 1 | 0 | 1 | 0 | 2 |

Tabela 2 (cont.) – Famílias que vivem nas terras dos engenhos de Jacarepaguá, Campo Grande e Guaratiba, 1797

| Engenhos | Famílias que pagam foro | Famílias que não pagam foro, mas vivem em terras do engenho | Famílias que são partidistas do engenho | Famílias proprietárias de terras | Total de famílias que residem no engenho e seus arredores |
|--------------------------------|-------------------------|---|---|----------------------------------|---|
| Engenho do Magarça (Guaratiba) | 2 | 0 | 6 | 0 | 10 * |
| Engenho da Ilha (Guaratiba) | 2 | 0 | 9 | 1 | 14* |
| Engenho do Morgado (Guaratiba) | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Engenho Novo (Guaratiba) | 0 | 3 | 4 | 0 | 7 |

Observações: * Nos engenhos assinalados existem algumas famílias que, embora vivessem nas suas terras ou nas imediações, não consta no documento se são proprietárias das terras, foreiras ou partidistas: 1 no Eng. de Fora; 2 no Eng. do Cabuçu; 1 no Eng. do Juari; 1 no Eng. do Inhoíba; 2 no Eng. do Magarça; 2 no Eng. da Ilha

Acredito que não só fica evidenciado que as famílias partidistas são praticamente um denominador comum nos engenhos de todas as freguesias, pois marcam presença em todos eles, exceto em um (no Engenho do Mato da Paciência, em Campo Grande), como também fica claro que as famílias partidistas tinham grande importância na paisagem rural dos engenhos, pois em muitos deles a sua presença é dominante, ultrapassando mesmo o número de famílias foreiras residentes. Ou seja, ainda no final da centúria setecentista, os senhores de engenho do que estou chamando de “Zona Oeste colonial” apostavam na tradicional produção do partido para alimentar suas fábricas. Já a importância da cana do partido para a produção do açúcar de cada engenho é uma questão que demandaria outros documentos mais específicos que nem sempre são fáceis de achar. Apesar disso, pude atestar, por meio das contas de inventário do senhor do engenho Rio Grande, em Jacarepaguá, que as canas levadas pelos lavradores eram equivalentes a cerca de 70% do rendimento bruto do açúcar em 1799, evidenciando, assim, a sua grande importância para esta fábrica (OLIVEIRA, 2014).

Se a participação da cana do partido nos engenhos nem sempre é tão clara como no caso que acabei de mencionar, por outro lado os mapas de 1797 permitem melhor visualização da produção das famílias partidistas. Elas existiram em número relevante nas paróquias aqui tratadas; eram 78 em Jacarepaguá (31,3% do total), 210 em Campo Grande (58,8% do total) e 59 em Guaratiba (18,2% do total). A sua pauta de produção e exportação pode ser vista nas tabelas a seguir:

Tabela 3 – Produção e exportação das 78 famílias partidistas de Jacarepaguá em 1797

| | Arrobas de açúcar | Pipas de aguardente | Alqueires de farinha | Alqueires de feijão | Alqueires de milho | Alqueires de arroz | Libras de café | Libras de anil |
|----------------------------------|-------------------|---------------------|----------------------|---------------------|--------------------|--------------------|----------------|----------------|
| Quanto produz | 2.230 | 0 | 2.873 | 375 | 374 | 124 | 180 | 0 |
| Quanto exporta | 2.147 | 0 | 165 | 7 | 26 | 43 | 160 | 0 |
| % do exportado sobre o produzido | 96,28% | 0% | 5,74% | 1,87% | 6,95% | 34,68% | 88,89% | 0% |

Tabela 4 – Produção e exportação das 210 famílias partidistas de Campo Grande em 1797

| | Arrobas de açúcar | Pipas de aguardente | Alqueires de farinha | Alqueires de feijão | Alqueires de milho | Alqueires de arroz | Libras de café | Libras de anil |
|----------------------------------|-------------------|---------------------|----------------------|---------------------|--------------------|--------------------|----------------|----------------|
| Quanto produz | 3.422 | 0 | 3.413 | 1.087 | 836,5 | 408,5 | 594,5 | 71 |
| Quanto exporta | 3.285 | 0 | 140 | 93,5 | 79 | 57 | 629 | 55 |
| % do exportado sobre o produzido | 96% | 0% | 4,1% | 8,6% | 9,4% | 13,9% | ??% | 77,4% |

Tabela 5 – Produção e exportação das 59 famílias partidistas de Guaratiba em 1797

| | Arrobas de açúcar | Pipas de aguardente | Alqueires de farinha | Alqueires de feijão | Alqueires de milho | Alqueires de arroz | Libras de café | Libras de anil |
|----------------------------------|-------------------|---------------------|----------------------|---------------------|--------------------|--------------------|----------------|----------------|
| Quanto produz | 1.641 | 0 | 2.030 | 452 | 173 | 235 | 0 | 75 |
| Quanto exporta | 1.623 | 0 | 28 | 49 | 7 | 90 | 0 | 75 |
| % do exportado sobre o produzido | 98,9% | 0% | 1,38% | 10,8% | 4,05% | 38,3% | 0% | 100% |

Antes de analisar os dados produtivos, cabe lembrar os problemas que a fonte nos coloca. Como não sei de que modo foram recolhidos, se são resultado de uma averiguação rigorosa do recenseador ou mesmo fruto de autodeclaração por parte de cada família, é difícil averiguar sua consistência e fidedignidade; porém, como já havia mencionado antes, dificilmente os lavradores relataram ou tiveram averiguada sua produtividade de bom grado. Portanto, mais do que tratar esses números como representações mínimas de produção, é necessário encará-los como ordens de grandeza que possibilitam identificar lavradores mais produtivos do que outros, ou então lavradores com mais acesso ao trabalhador escravo do que outros, e assim por diante. Outra questão que a fonte nos coloca é sobre o seu entendimento quanto à “exportação”. Cada família aparece com um determinado rendimento – que podia variar desde o branco (o recensador deixou em branco a informação) até rendimentos da ordem dos contos de réis (mais de 1:000\$000) – por meio do que o mapa indica como “Lucro anual do que exporta”. Acredito que o termo exportação neste caso deve ser entendido como “venda para fora da freguesia”, e não, necessariamente, como venda para fora da América portuguesa⁷. Assim, esse lucro com o comércio de gêneros agrícolas podia estar relacionado também com o mercado interno.

Como era de se esperar, a produção de açúcar das famílias partidistas era um dos principais elementos da sua exportação, embora só com os números dos mapas não seja possível afirmar se o açúcar declarado já dizia respeito à parte que cabia ao partidista, descontado o açúcar que ficaria com o senhor de engenho. Outra característica que se encontra em algumas famílias das três paróquias é a baixa exportação de grãos alimentícios; somente os partidistas de Jacarepaguá e Guaratiba incrementaram seu comércio com uma exportação de arroz que ultrapassou 30% da sua produção, muito provavelmente dedicando-se

ao comércio de abastecimento interno, talvez com destino ao mercado da cidade do Rio de Janeiro. No entanto, o que realmente chama a atenção é a tentativa dos partidistas de se tornarem menos dependentes do açúcar e de todos os problemas que poderiam vir da sua relação com o senhor de engenho e sua fábrica. O que parece apontar para isso são os índices de exportação de outros dois produtos que começaram a ter destaque na pauta do comércio atlântico na segunda metade do XVIII: o café e o anil. A princípio, os partidistas não deveriam dividir a produção desses dois gêneros com os senhores de engenho proprietários das terras, ao menos, é claro, que existisse algum acordo entre as partes ou isso estivesse previsto no contrato de partido que por vezes era feito⁸. Portanto, é bem provável que os rendimentos desta produção estivessem mais livres do que os da cana. Os partidistas de Guaratiba exportaram toda a sua produção de anil, enquanto os de Campo Grande exportaram mais de 70% do que produziram. Quanto ao café, os partidistas de Jacarepaguá comercializaram mais de 80% do que colheram. O caso de Campo Grande é ainda mais interessante, pois a exportação dos seus partidistas superou mesmo a quantidade de café que produziram! Antes de ser um erro do recenseador, acredito que isso pode demonstrar alguma dinâmica de produção do café. Foram oito famílias que, em alguns casos, exportaram mais café do que produziram ou que, de forma contrária, sequer exportaram o que produziram. É o caso, por exemplo, da família de José Ferreira (nº 18 no mapa) que produziu só 2,5 libras de café, mas declarou exportar 64 delas. Do mesmo modo, a família de João Freire Alemão (nº 58 no mapa) exportou uma libra de café; no entanto, não declarou produzir uma libra sequer deste produto. Mais do que uma série de erros, isso pode mostrar, na verdade, que havia um comércio de café interno na própria paróquia: enquanto alguns plantavam e vendiam para outras famílias da mesma paróquia, as que compravam, por sua vez, faziam a comercialização final desse café nos mercados internos e, quem sabe, até no mercado atlântico já naquela época. Esta, no entanto, ainda é muito mais uma hipótese a ser comprovada, mas que, não obstante, pode apontar para uma dinâmica produtiva talvez com alguma similitude com o partido de cana, ou seja, uma produção compartilhada que ligava diversas famílias.

A produção variada das famílias partidistas, e especialmente a ênfase de algumas delas em produtos como o café e o anil, evidencia opções econômicas que passavam ao largo do engenho ao qual os partidos estavam umbilicalmente relacionados. No entanto, essas opções pelo café e pelo anil não foram generalizadas entre as famílias partidistas. Das 210 famílias partidistas de Campo Grande, somente 39 apostaram no café (18,5%); em Jacarepaguá, somente uma foi responsável por toda a produção e exportação de café entre os partidistas. Para o anil, o cenário não muda: foram só três partidistas que se envolveram com a sua produção em Campo Grande (1,4%), como também em Guaratiba somente três o fizeram (5%). Portanto, a busca por uma fonte de renda além do açúcar foi uma opção restrita a algumas famílias partidistas; a maioria pareceu contar com o açúcar para garantir a sua renda principal.

Outra questão que marcava a diferença entre as famílias partidistas estava na posse de escravos e na renda. Para trabalhar com estes aspectos, foram elaboradas as tabelas abaixo.

Tabela 6 – Estrutura da posse de escravos e de renda das 78 famílias partidistas de Jacarepaguá

| Número de escravos | Número de famílias partidistas | % das famílias sobre o total | % de escravos sobre o total | % de renda auferida sobre o total |
|--------------------|--------------------------------|------------------------------|-----------------------------|-----------------------------------|
| Sem escravos | 7 | 8,97% | 0% | 2,24% |
| 1 | 7 | 8,97% | 2,05% | 3,69% |
| 2 | 19 | 24,36% | 11,11% | 10,94% |
| 3 | 7 | 8,97% | 6,14% | 5,39% |
| 4 | 9 | 11,54% | 10,53% | 10,52% |
| 5 | 5 | 6,41% | 7,31% | 6,04% |
| 6 – 10 | 17 | 21,79% | 35,96% | 39,61% |
| 11 – 15 | 6 | 7,69% | 21,35% | 18,78% |
| + 15 | 1 | 1,28% | 5,56% | 2,8% |
| Total | 78 famílias | 100% | 100% | 100% |

Obs: percentuais aproximados.

Tabela 7 – Estrutura da posse de escravos e de renda das 210 famílias partidistas de Campo Grande

| Número de escravos | Número de famílias partidistas | % das famílias sobre o total | % de escravos sobre o total | % de renda auferida sobre o total |
|--------------------|--------------------------------|------------------------------|-----------------------------|-----------------------------------|
| Sem escravos | 69 | 32,86% | 0% | 11,02% |
| 1 | 34 | 16,19% | 5,67% | 7,03% |
| 2 | 21 | 10% | 7% | 4,83% |
| 3 | 26 | 12,38% | 13% | 10,26% |
| 4 | 16 | 7,62% | 10,67% | 6,73% |
| 5 | 8 | 3,81% | 6,67% | 5,45% |
| 6 – 10 | 24 | 11,43% | 29,67% | 21,6% |
| 11 – 15 | 9 | 4,29% | 18,67% | 26,07% |
| + 15 | 3 | 1,43% | 8,67% | 7,03% |
| Total | 210 famílias | 100% | 100% | 100% |

Obs: percentuais aproximados.

Tabela 8 – Estrutura da posse de escravos e de renda das 59 famílias partidistas de Guaratiba

| Número de escravos | Número de famílias partidistas | % das famílias sobre o total | % de escravos sobre o total | % de renda auferida sobre o total |
|--------------------|--------------------------------|------------------------------|-----------------------------|-----------------------------------|
| Sem escravos | 2 | 3,39% | 0% | 1,61% |
| 1 | 3 | 5,08% | 0,66% | 0,91% |
| 2 | 7 | 11,86% | 3,06% | 1,9% |
| 3 | 12 | 20,34% | 7,86% | 8,12% |
| 4 | 2 | 3,39% | 1,75% | 0,48% |
| 5 | 7 | 11,86% | 7,64% | 5,89% |
| 6 – 10 | 11 | 18,64% | 18,78% | 22,35% |
| 11 – 15 | 10 | 16,95% | 27,29% | 35,88% |
| + 15 | 5 | 8,47% | 32,97% | 22,86% |
| Total | 59 famílias | 100% | 100% | 100% |

Obs: percentuais aproximados.

Embora os partidistas fossem apontados como um grupo que normalmente tinha escravos, e trabalhasse lado a lado com eles na maioria das vezes (ver, por exemplo, as considerações de Schwartz para a Bahia (SCHWARTZ, 1988, p. 260), o quadro que se revela pelos números dos mapas apontam algumas diferenças. O número de famílias partidistas que não tinham escravos era significativo: 78 lares desprovidos de cativos, cerca de 22% de todos os partidistas das três freguesias analisadas. Isto quer dizer que eram lavradores que contavam somente com o trabalho da família para tocar suas roças de cana e de alimentos, representando uma porcentagem expressiva de partidistas bastante pobres. O seu lucro com exportação declarado no mapa, entretanto, variou bastante, desde famílias que não declararam qualquer lucro (totalizando oito, todas elas em Campo Grande) até as que declararam valores que variavam entre 2\$560 e 80\$000 de lucro. Outro ponto interessante é que, em se tratando de Campo Grande, dos 69 partidistas sem escravos, 18 deles (26%) produziam café, além de cana. Ou seja, mesmo sem cativos para auxiliar no trabalho, muitos se esforçaram para dinamizar sua pauta de exportação.

Junto dos que trabalhavam sem escravos, o número de partidistas com até três cativos foi expressivo em todas as freguesias, superando 50% em duas delas. Em Jacarepaguá, 51,27% estavam nesta situação, lucrando cerca de 22% da renda total dos partidistas em 1797. Em Campo Grande eram 71,43% que produziam cana com até três escravos, lucrando 33% do total, e em Guaratiba eram 40,67% de partidistas nestas condições, lucrando míseros 12,54%. A minoria dos partidistas que tinham seis ou mais escravos conseguia a maior parcela de lucro dentro do grupo: em Jacarepaguá, eles concentraram cerca de 61%; em Campo Grande, tiveram cerca de 54%, e em Guaratiba tiveram a acumulação mais expressiva, retirando cerca de 81% de todo o lucro entre os partidistas. Ora, estes números expressam uma desigualdade e uma concentração de renda que não é nenhuma surpresa em se tratando do Brasil, especialmente quando estamos falando de nosso passado colonial. No entanto, esses números adquirem importância por demonstrarem hierarquias e desigualdades econômicas no interior de um mesmo grupo ou categoria social que nem sempre são fáceis de aferir. Além disso, talvez a questão mais relevante que pode ser colocada com os dados enunciados pelas tabelas 6, 7 e 8 não seja propriamente sobre o nivelamento dos partidistas pelo seu lucro anual – informação mais sujeita a variações por ano e, portanto, menos confiável –, mas, sim, como cada uma das famílias se relacionava com o mundo do trabalho. Aqui vemos mais algumas diferenças; afinal, enquanto a maioria das famílias de partidistas provavelmente participava do trabalho na lavoura junto com seus escravos (especialmente as que tinham até três escravos), as outras, que tinham seis ou mais cativos, provavelmente se encontravam fora do universo do trabalho, ocupando-se na organização e administração do trabalho cativo. Isso, por si só, já poderia gerar distinções sociais entre os homens livres das paróquias que eram bem mais perceptíveis do que a questão do rendimento ou a econômica em geral. Nesse caso, poderia haver uma distinção entre as famílias mais diretamente vinculadas ao mundo do

trabalho e o cotidiano dos escravos africanos e pardos, e outras famílias, em menor número, que exibiam uma vida mais ao estilo senhorial de administração do trabalho.

Belo exemplo deste ponto nos mostra o testamento de um partidista. Na verdade, trata-se do testamento de Antônia de Santa Rosa, falecida em Jacarepaguá em 11 de junho de 1756. Antônia, quando fez seu testamento, já era viúva de Carlos Pinto, só lhe restando depois da morte do marido uma filha que já estava casada. Entre suas posses, declarou um partido de canas no engenho do Dr. Antônio Teles de Meneses (provavelmente o engenho da Taquara), com 16 escravos, sendo que apenas um deles era menor (a cabrinha Gertrudes). Como a própria autora do testamento declarou em um trecho, ela não tinha que lidar com seus escravos no partido de canas: “Declaro que ao presente não devo nada a ninguém, senão a meu feitor o que tiver vencido dos seus ordenados” (ACMRJ, 1756, fl. 42). Apresenta-se, portanto, uma partidista que, dado o número elevado de cativos, poderia se dar o privilégio de não trabalhar, acontecendo ainda de ser ela senhora não só de escravos, mas também de livres, pois tinha feitor a quem dar ordens, reproduzindo em pequena escala uma relação senhorial típica dos senhores de engenho. Sua quantidade de escravos lhe permitia marcar sua diferença em relação a outras famílias. Porém, o fator mais decisivo para essa diferença muito provavelmente era a *consequência* de se ter muitos escravos: o ócio que isso proporcionava, o fato de não precisar lidar com a enxada, o modo de vida recolhido e que só permitia contatos com o exterior em ocasiões especiais, como missas, festas paroquiais ou celebrações de batismos, nas quais muito provavelmente a família aparecia com suas melhores roupas. Portanto, apesar de os partidistas terem em comum uma relação com a terra dependente do senhor de engenho, eles ainda assim apresentavam diferenças internas significativas que podiam repercutir em diferentes formas de vivenciar a sua condição de produtores de cana para os engenhos.

Conclusão

Ainda poderiam ser levantadas muitas outras questões sobre os partidistas, mas o limite de espaço me força a encerrar a análise por aqui. O que se observou a partir dos dados sobre este grupo foi principalmente a sua heterogeneidade. Pesquisas como as de Stuart Schwartz e Maurício de Almeida Abreu mostraram os lavradores de cana como um grupo que, apesar de não estar nas mesmas condições de um senhor de engenho, apresentava uma posição econômica e social de destaque no meio rural, especialmente quando se tratava de lavradores de terras próprias. Já os partidistas estariam muito mais sujeitos aos desmandos e acordos com os senhores de engenho que cediam a terra. Entretanto, creio que a análise feita aqui ressalta a complexidade desse grupo, pois alguns partidistas buscaram maior independência do engenho por meio da produção de outros produtos que não o açúcar (e lembremos que, em alguns desses casos, foram os partidistas mais pobres que assim o fizeram). Outra

questão estava nas diferenças econômicas entre os próprios partidistas, o que poderia indicar hierarquias no interior do grupo mediado pela relação mais direta ou não com o trabalho. Estes dados iniciais, entretanto, ainda estão muito secos, estatísticos. É necessário adentrar mais o mundo desses partidistas e das suas relações, o que pode ser conseguido pelo cruzamento de informações dos mapas com outros documentos, como apontei em alguns casos. Assim, talvez seja possível começar a entender as origens das diferenças dentro deste grupo, as trajetórias e opções que conformaram uma família partidista mais rica que outra, ou mesmo que nos ajudem a compreender os processos de mobilidade social de famílias de cor que aparecem como pequenos lavradores.

Finalmente, acredito ter demonstrado que, a partir dos mapas de população dessas freguesias, é possível conhecer com mais detalhes alguns grupos de pequenos lavradores. Cabe ressaltar ainda que o que se fez aqui em relação aos partidistas é perfeitamente possível para outros grupos, como as famílias que arrendavam terras ou mesmo as famílias de pequenos proprietários. Ou seja, é possível delimitar um perfil econômico dessas famílias mesmo com os problemas e limitações que a fonte coloca e que já foram ressaltados, estabelecendo comparações entre elas que podem ajudar a entender algumas opções produtivas das famílias (uma análise neste sentido foi feita sobre Jacarepaguá, ver OLIVEIRA, 2014).

Notas

¹ Lavradores partidistas são lavradores de cana que produziam em terras de engenhos. Em troca da ocupação da terra eles eram obrigados a fornecer canas para os engenhos. Como se verá mais a frente, foram um importante elemento na produção açucareira da América portuguesa.

² Outro espaço de memória importantíssimo das populações rurais são os livros paroquiais e demais fontes relacionadas com a paróquia, através das quais ainda é possível recuperar traços da vida dos fregueses que nelas viviam. Sobre esse aspecto, ver os artigos da coletânea de FRAGOSO; GUEDES; SAMPAIO, 2014.

³ O pesquisador Paulo Teodoro de Matos aponta a existência de vários mapas de população para diversas capitânicas da América portuguesa. Ver MATOS, 2013, p. 23-25.

⁴ Os documentos reunidos por Alberto Lamego foram comprados no final da sua vida pelo governo do estado de São Paulo e atualmente são um dos acervos do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB-USP). Neste acervo existe um documento intitulado "relação das freguesias do bispado da cidade do Rio de Janeiro" de cerca de 1790 que pode ser a relação do Distrito de Guaratiba.

⁵ Essas taxas correspondem ao período áureo da produção canieira da Bahia em princípios do

século XVII. Com a depressão do açúcar no final desse mesmo século, as taxas podiam baixar até 1/15 da cana. Ver SCHWARTZ, 1988, p. 249-250. Vera Ferlini resalta outros percentuais para o Nordeste, como em Pernambuco, que, por volta de 1700, encontrava-se o pagamento de 5 a 6% proporcionais ao uso da terra. FERLINI, 2003, p. 306.

⁶ Não existe um número total de população no mapa, por isso estes números partem dos somatórios que eu realizei a partir do processamento dos dados no computador. Inicialmente em minha dissertação eu contei 2.224 pessoas para Jacarepaguá, porém depois de refazer os cálculos na tabela cheguei ao número de 2.283 indivíduos. A grande diferença se deu a alguns erros na contagem inicial, mas principalmente porque no início eu havia excluído as 61 filhas da família de Teresa Maximiana (família 85 no mapa) por creditá-las como um erro do autor do documento. Refazendo as contas, eu notei que a coluna onde apareciam as filhas ficava justamente ao lado da coluna dos escravos da família, portanto julguei que houve uma confusão, pois Sebastião da França provavelmente deveria estar se referindo com este número aos escravos da família, situação mais verossímil do que a de 61 filhas. Além disso, a família de Teresa Maximiana era proprietária do engenho da Serra que rendera 4:000\$000 em

1797, justificando a grande presença de escravos. Para a contagem da população foi calculado o número de chefes dos domicílios, acrescentando mais uma pessoa quando eles eram casados, somando-se ainda o número de filhos, escravos e agregados familiares. Cabe ainda um outro adendo importante: estes números que eu encontrei para Jacarepaguá parecem ser bem diferentes dos que o recenseador apresentou no seu relatório. Como já visto, eu não disponho deste relatório, entretanto Noronha Santos ao consultá-lo afirmou que o sargento mor contou 1.905 almas, divididas em 999 brancos (437 homens e 562 mulheres) e 906 escravos (ANS-IPHAN, 1945). Por mais que eu refizesse as contas do mapa ou contasse somente com as pessoas capazes de sacramento (que foram 1.779 nas minhas contas), eu não consegui chegar no total de 1.905 almas exposto pelo relatório. A diferença entre os dados do mapa e os do relatório é um mistério e somente tendo em mãos o último

que será possível ter alguma pista sobre a diferença entre os dois documentos.

⁷ Cheguei a esta conclusão quanto ao termo exportar com base na própria definição de exportação que aparece em dicionários da época e na pauta de exportação das famílias que aparece no mapa. Dado que alguns gêneros agrícolas exportados (como o feijão ou o arroz) não costumam estar entre as exportações tradicionais da capitania do Rio de Janeiro (exportação entendida enquanto comércio para fora da América), provavelmente elas eram voltadas muito mais para o mercado de abastecimento interno. Sobre essa questão ver o primeiro capítulo de OLIVEIRA, 2014.

⁸ Maurício de Almeida Abreu encontrou algumas escrituras de partido de cana para o século XVII. Ver ABREU, 2010, vol.2, p.107.

Fontes

ACMRJ – Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. *Livro de Óbitos de Livres de Jacarepaguá, 1734 – 1796*. AP-0208. Testamento de Antônia de Santa Rosa, 1756.

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino. *Mapas descritivos da população das freguesias de Campo Grande, Jacarepaguá, Guaratiba, Marapicú, Jacutinga, Aguçu e Taguaí do distrito de Guaratiba, capitania do Rio de Janeiro, feitos por ordem do vice-rei do Estado do Brasil, conde de Resende [1797]*. Rio de Janeiro, Caixa 165, Doc. 62. AHU_ACL_CU_017, Cx 163, D. 12203. 1797.

ANS/IPHAN – Arquivo Noronha Santos. *Fazenda da Taquara: casa e capela de Nossa Senhora dos Remédios (autoria de Noronha Santos)*. Série Inventário. Notação: I.RJ-053.01. Título do Dossiê: Histórico e descrição do bem. Rio de Janeiro, RJ. 1945.

REIS, Manoel Martins do Couto. *Manuscritos de Manoel Martins do Couto Reis 1785: descrição geográfica, política e cronográfica do Distrito dos Campos dos Goytacazes*. Pesquisa, transcrição e edição de Fabiano Vilaça dos Santos, Carlos Roberto Bastos Freitas e Rafaela Machado Ribeiro; introdução Arthur Soffiati. Campos dos Goytacazes/ Rio de Janeiro: Fundação Cultural Jornalista Owaldo Lima/ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2011.

RIHGB – Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Relatório do Marquês de Lavradio, parte II. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo LXXVI, parte I, p. 289-360, 1913 [1779].

RIHGB – Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Memórias Públicas e Econômicas da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro para uso do vice rei Luiz de Vasconcelos por observação curiosa dos anos de 1779 até o de 1789. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo XLVII, parte I, p. 25-51, 1884.

Referências Bibliográficas

ABREU, Maurício de Almeida. *Geografia Histórica do Rio de Janeiro, 1502 – 1700*. 2 volumes. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio Editorial / Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, 2010.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. “Para conhecer os súditos d’El Rey: as listas nominativas de habitantes nas terras do Brasil”. In: *Revista Estudos Amazônicos*, v. IX, nº1, 2013, pp.32-57.

BRISO, Caio Barretto. “O Sertão Carioca”. In: *O Globo*, Rio de Janeiro, 04 out 2015. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/o-sertao-carioca-17660130>>. Acesso em: 06 jan 2016.

CORREIA, Magalhães. *O Sertão Carioca*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1936.

COSTA, Waldemar. *Imagens de Jacarepaguá*. Rio de Janeiro: [s.ed.], 1995.

- DUNN, Richard S. **Sugar & Slaves: the rise of the planter class in the English West Indies, 1624-1713.** Williamsburg: University of North Carolina Press, 2000.
- FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FAZENDA, José Vieira. "Incêndio da Câmara". In: SOUZA, Ferdinando Bastos de (*in memoriam*); SOUZA, Daniel e WEHLING, Arno (Orgs.). **Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro, vol. 1.** Rio de Janeiro: Documenta Histórica / IHGB / Light, 2011, pp. 346-351.
- FERLINI, Vera. **Terra, Trabalho e Poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial.** Bauru-SP: EDUSC, 2003.
- FRAGOSO, João. "Elite das senzalas e nobreza da terra numa sociedade rural do Antigo Regime nos trópicos: Campo Grande (Rio de Janeiro), 1704 – 1741". In: FRAGOSO, João e GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). **O Brasil Colonial (ca. 1720 – 1821), vol. 3.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, pp. 241-306.
- FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto e SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de (Orgs.). **Arquivos paroquiais e história social na América lusa, séculos XVII e XVIII: métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpus documental.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.
- FRÓES, José Nazareth de Souza e GELABERT, Odaléa Ranauro Ensenat. **Rumo ao Campo Grande: por trilhas e caminhos.** Rio de Janeiro: Gráfica Brunner, 2004.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. **Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700 – 1836.** São Paulo: Departamento de História da Universidade de São Paulo, 1974 (Tese de Livre Docência).
- MATOS, Paulo Teodoro de. "Population Censuses in the Portuguese Empire, 1750 – 1820: research notes". In: **Romanian Journal of Population Studies**, v. VII, nº 1, pp. 5-26, jan-jun, 2013.
- MOTA, Maria Sarita Cristina. **Nas Terras de Guaritiba. Uma aproximação histórico-jurídica às definições de posse e propriedade da terra no Brasil entre os séculos XVI – XIX.** Seropédica: Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2009 (Tese de doutorado).
- OLIVEIRA, Victor Luiz Alvares. **Retratos de família: sucessão, terras e ilegitimidade entre a nobreza da terra de Jacarepaguá, séculos XVI – XVIII.** Rio de Janeiro: Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014 (Dissertação de mestrado).
- PEDROZA, Manoela. **Engenhocas da Moral: redes de parentela, transmissão de terras e direitos de propriedade na freguesia de Campo Grande (Rio de Janeiro, século XIX).** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.
- _____. "A roça, a farinha e a venda: produção de alimentos, mercado interno e pequenos produtores no Brasil colonial". In: FRAGOSO, João e GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). **O Brasil Colonial (ca. 1720 – 1821), vol. 3.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, pp. 381-418.
- PRADO JR. Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- RODRIGUES, Ana Paula Souza. **Famílias, casas e engenhos: a preservação do patrimônio no Rio de Janeiro (Piedade do Iguaçu e Jacutinga, século XVII – XVIII).** Nova Iguaçu: Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2013 (Dissertação de mestrado).
- RUDGE, Raul Telles. **As Sesmarias de Jacarepaguá.** São Paulo: Livraria Kosmos Editora, 1983.
- SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. **Na Encruzilhada do Império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c.1650-c.1750).** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- SANTOS, Noronha. **Crônicas da Cidade do Rio de Janeiro, vol. 1.** Rio de Janeiro: Padrão/INELIVRO, 1981.
- SCHWARTZ, Stuart. **Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835.** Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- TOSTES, Ana Paula Cabral. **O lugar social dos homens "pardos" no cenário rural da cidade do Rio de Janeiro (Recôncavo da Guanabara, freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, século XVIII).** Rio de Janeiro: Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012 (Dissertação de mestrado).

Recebido em 01/06/2015

Aprovado em 30/07/2015